

República Populista (1946-1964)

João Pedro Ricaldes dos Santos – História

O período sob a vigência da Constituição de 1946, situado entre duas ditaduras, é chamado de “redemocratização”. Mas, o predomínio de um sindicalismo atrelado ao Estado, a manipulação dos meios de comunicação e, principalmente, o uso das aspirações populares através do trabalhismo, fatores comuns aos governos deste período, caracterizam menos uma redemocratização e sim um período populista.

A Constituição de 1946 (5ª do País, 4ª da República) tem como principais definições: adoção do regime presidencialista, com eleição para vice e mandato de cinco anos; o voto universal, secreto, menos para analfabetos; direito de greve; fim da censura; pluripartidarismo.

O período populista é marcado por uma intensa participação política de todos os segmentos da sociedade, no embate ideológico marcado pelo enfrentamento da Guerra Fria. De um lado existiam os grupos progressistas que defendiam: o nacionalismo econômico, restrição ao capital estrangeiro, intervenção do Estado na economia, protecionismo, ampliação das leis trabalhistas, reforma agrária e política externa independente dos EUA. De outro havia os grupos conservadores, que defendiam: liberdade do capital estrangeiro no Brasil, não-intervenção do Estado na economia, eliminação de direitos trabalhistas já conquistados, colaboração externa com os EUA e o combate à reforma agrária. Assim, todos os governos do período foram marcados pela disputa entre progressistas e conservadores, com grande vantagem para estes últimos.

O governo Eurico G. Dutra (1946-1951) assumiu as propostas conservadoras e suas principais medidas foram: o tratado de cooperação militar entre EUA e Brasil (TIAR) e o rompimento com a URSS.

Seu governo foi marcado pelo crescimento da inflação. Dutra aplicou um programa impopular de combate à escalada dos preços (o congelamento do salários) o que valeu a vitória da oposição em 1950, com a eleição de Getúlio Vargas.

O novo governo Vargas (1951-1954) virou o jogo de Dutra: atraiu a população com o aumento do salário mínimo em 100%, atraiu os sindicatos e também os setores progressistas com a criação da Petrobrás. Mas sua política nacionalista lhe valeu uma campanha acirrada dos setores conservadores liderada pelo jornalista Carlos Lacerda. O atentado contra a vida de Lacerda lançou suspeitas sobre Vargas que, cada vez mais acuado pela imprensa e pelos conservadores, suicidou-se em 1954.

Após o mandato tampão de Café Filho (1954-1955), foi eleito Juscelino Kubitschek (1956-1960). O governo J.K. significou o período de maior crescimento da economia até então, baseado no seu Plano de Metas, cujo lema era “cinquenta anos em cinco”. Foi na área do desenvolvimento industrial que JK teve maior êxito. Abrindo a economia para o capital internacional, atraiu o investimento de grandes empresas. Foi no governo JK que entraram no país grandes montadoras de automóveis como, por exemplo, Ford, Volkswagen, Willys e GM (General Motors), instaladas na região sudeste do Brasil.

A oferta de empregos cresceu nesta região, atraindo trabalhadores de todo Brasil. Isto acelerou o êxodo rural e o desequilíbrio entre regiões do País.

A grande obra de JK foi a construção de Brasília. JK pretendia desenvolver a região central do país, porém a dívida externa, contraída para esta obra, aumentou significativamente.

A entrada de multinacionais gerou empregos, porém deixou nosso país mais dependente do capital externo. A política econômica de JK prejudicou o trabalhador do campo e a produção agrícola.

A inflação e a dívida contribuíram para a vitória da oposição na eleição de 1960, vencida por Jânio Quadros. O governo de Jânio (1961) durou apenas 7 meses, mas acirrou as lutas entre conservadores e progressistas. Na área econômica, Jânio adotou medidas impopulares, como a restrição do crédito e o congelamento dos salários. Mas foi na política externa que o presidente Jânio Quadros mais causou confusão e críticas: o Brasil restabeleceu relações diplomáticas com a União Soviética (URSS) e Jânio condecorou pessoalmente o guerrilheiro revolucionário Ernesto "Che" Guevara e o astronauta soviético Yuri Gagarin, além da visita de Fidel Castro.

Atacado pelos conservadores e pelos progressistas, Jânio tentou um golpe de mestre para governar sozinho. Anunciou sua renúncia e com ela pretendia causar uma grande comoção popular que forçaria o Congresso a pedir seu retorno ao governo, com plenos poderes. Não foi o que aconteceu, porém. A renúncia foi aceita e a população se manteve indiferente.

A lei garantia a posse presidencial de João Goulart, até então o vice de Jânio. No entanto, seu perfil progressista não agradava aos militares, nem aos conservadores. Adota-se então uma solução intermediária: o vice assume a presidência, mas antes o regime político é mudado para o parlamentarismo, no qual o presidente perde poderes para o primeiro ministro, de confiança dos militares.

A impopularidade do parlamentarismo facilitou o retorno do regime presidencialista, proposto pelo próprio João Goulart. Em 1963, finalmente Goulart assume de fato a direção do Estado brasileiro. Mas as medidas populares que anunciou desagradaram profundamente os setores conservadores. Goulart lançou as Reformas de Base (bancárias, fiscal, urbana, administrativa, agrária, universitária e eleitoral), medidas que causariam uma participação maior do Estado em questões econômicas, regulando o investimento estrangeiro no país. As reformas também coincidiam com os anseios da classe média brasileira e dos trabalhadores (voto para analfabetos e terra para os sem-terra).

Em um grande comício organizado na Central do Brasil, no Rio de Janeiro, Jango anunciou a mais de 300 mil pessoas que daria início as reformas e livraria o país do caos em que estava vivendo. Este comício, entretanto, foi mais um motivo para que a oposição o acusasse de comunista. A partir daí houve uma mobilização social anti Jango. Parte da classe média, assustada, deu apoio aos militares. Alguns dias depois do comício, foi organizada a Marcha da Família com Deus pela Liberdade, com o objetivo de apoiar os golpistas. Em 31 de março de 1964, os militares tomaram o poder ilegalmente, com apoio dos Estados Unidos.